

O IMPACTO DA CRISE DO SOCIALISMO NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1988-1992

Marcelo Siqueira RIDENTI¹

- **RESUMO:** O artigo analisa o impacto das transformações no Leste Europeu sobre o Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre o 7º Congresso Partidário (maio de 1988) e o 8º Congresso (fevereiro de 1992). Esse impacto levou a mudanças no partido, as quais podem ser assim resumidas: crítica moderada a Stalin, mais importante por ser a primeira na história do PC do B (manteve-se, entretanto, a concepção de partido marxista-leninista de vanguarda); abandono da teoria das duas etapas da revolução brasileira; realinhamento político no plano internacional, em apoio a partidos comunistas dentro e fora do poder; pêndulo à esquerda na política interna brasileira.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Crise do socialismo; esquerda brasileira; Partido Comunista do Brasil; partidos e movimentos de esquerda.

Nota introdutória

Este artigo não tem a pretensão de fazer uma análise global da política e da inserção social do Partido Comunista do Brasil (PC do B). O objetivo é delimitado: busca apontar como os “ventos do Leste” atingiram o PC do B entre o 7º Congresso Partidário (maio de 1988) e o 8º Congresso (fevereiro de 1992). Na medida do possível, procurou-se manter distanciamento valorativo para tratar do objeto, apesar da impossibilidade da neutralidade axiológica, especialmente na abordagem de um tema tão contemporâneo. Sem esconder a ausência de identificação política com o PC do B, esperamos ter realizado um trabalho objetivo de exposição e reflexão sobre as posições e dilemas do partido, com o fim do chamado “socialismo real”.

Breve histórico do PC do B

Antes de mais nada, vale resumir sinteticamente a história do PC do B, quer porque nem todos os leitores estão familiarizados com ela, quer porque raros trabalhos acadêmicos trataram do tema.

¹ Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Inicialmente, o PC do B foi uma pequena cisão do Partido Comunista (PC), fundado no Brasil em 1922. Ela se articulou formalmente em fevereiro de 1962, com a realização da "Conferência Nacional Extraordinária". Os (re)fundadores do PC do B haviam sido hegemônicos na direção do PC, pelo menos do final dos anos 40 até meados da década seguinte, identificados com a linha "esquerdista" então adotada, em resposta "às condições repressivas internas e às atitudes polarizadoras da guerra fria, no plano internacional", que levaram à proibição das atividades legais do partido, em 1947 (Chilcote, 1982, p.106). A chamada "linha esquerdista" via o Brasil como "nação sob risco iminente de ser colonizada, numa relação de completa dependência do imperialismo norte-americano que engendraria um processo de militarização acelerada, arrastando o país à nova ordem guerreira incentivada pelos EUA", colocando-se na ordem do dia uma revolução antifeudal e antiimperialista (Santos, 1991, p.136-40).

Ainda nos anos 50, em oposição ao "esquerdismo" predominante na direção, foi ganhando força dentro do PC uma corrente mais moderada, que propunha reformas sociais de fundo para a sociedade brasileira, de cunho "antifeudal e antiimperialista", mas dentro da ordem, aliando-se a outras forças do "campo popular", como o trabalhismo. Essa corrente foi impulsionada, primeiramente, pela reação popular contra a política do partido, por ocasião do suicídio de Getúlio Vargas: sedes do PC chegaram a ser depredadas, pois o partido fazia oposição intransigente ao governo de Getúlio e, embora pretendesse combatê-lo pela esquerda, na prática foi identificado pela população com o golpismo dos adversários de direita do trabalhismo, agrupados especialmente na União Democrática Nacional (UDN), o que levaria o PC a mudar sua política nos anos seguintes. Em segundo lugar, a nova corrente foi fortalecida pelo impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, que denunciava os crimes de Stalin. Então, ela passou a ser dominante no PC, formulando a "Declaração Política de Março de 1958", adotada oficialmente pelo partido.

Desde 1957, Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PC, aproximara-se da nova corrente. Seus antigos companheiros de direção – que mais tarde (re)articulariam o PC do B, ainda identificados com o stalinismo e com a "linha esquerdista" – foram pouco a pouco perdendo postos de comando. A velha guarda seria novamente derrotada no 5º Congresso, de 1960, que ratificou as posições assumidas na "Declaração de 1958", após debates nas bases e direções do PC.

A cisão do setor de dirigentes marginalizados viria em 1961, quando o Comitê Central resolveu mudar o nome do PC, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, a fim de requerer seu reconhecimento legal (a legislação brasileira proibia partidos com vínculos internacionais, e o termo PC "do Brasil" poderia sugerir que se tratava de secção nacional de um movimento comandado do exterior). Assim, o antigo Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora o artifício não tenha sido suficiente para legalizá-lo, o que só ocorreria mais de vinte anos depois.

Inconformados com a alteração do nome, os antigos dirigentes marginalizados protestaram e acabaram expulsos do PCB. Não reconheceram a legitimidade da expulsão e fundaram um novo partido, retomando o nome tradicional do antigo PC: Partido Comunista do Brasil. O partido (re)criado passaria a ser conhecido pela sigla PC do B. Até hoje, o PC do B reivindica-se continuador do partido fundado em 1922, "reorganizado" em 1962.

Como se vê, compartilhamos do parecer segundo o qual "a trajetória do PC do B, cujas origens são indevidamente vinculadas às divergências sino-soviéticas, remonta, de fato, às lutas políticas no interior do PCB, nos anos 50". (Reis Filho, 1989, p.91)

Líderes significativos da máquina burocrática do PC até 1960, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, (re)criaram o PC do B em fevereiro de 1962. A eles logo se agregaria aquele que muitos consideram o dirigente brasileiro stalinista mais típico, Diógenes de Arruda Câmara. A fundamentação teórica partidária era parecida com a do PCB: mantinha-se a idéia das duas etapas da revolução brasileira, só que, para conseguir a revolução burguesa, nos velhos moldes da linha de 1950, o PC do B pregava a luta armada e a manutenção do marxismo-leninismo, sistematizado por Stalin.

Em 1963, o PC do B abraçou a ideologia maoísta, alinhando-se ao PC chinês, que passou a reconhecê-lo como partido-irmão e principal interlocutor no Brasil. Entre 1964 e 1966, o PC do B enviou três turmas para formação política e militar na China. Enquanto isso, o partido ia obtendo algumas novas adesões, principalmente depois do golpe militar de 1964.

A "Sexta Conferência Nacional" do PC do B reuniu-se em junho de 1966, adotando uma linha política ambígua de luta legal-eleitoral e, ao mesmo tempo, armada e revolucionária. No partido, muitos acreditavam que a direção não se decidiria a pegar em armas para iniciar a sonhada "guerra popular". Isso gerou dissidências importantes, que levaram consigo parte das bases partidárias, constituindo duas organizações armadas: Ala Vermelha do PC do B, no Centro e Sudeste do país, e Partido Comunista Revolucionário, no Nordeste. Na época, mesmo dentro do partido, era conhecida de pouquíssimos a implantação, pelo menos desde 1967, do núcleo de militantes do PC do B no campo, que mais tarde deflagraria a guerrilha na região do Araguaia.

Preservando-se do desgaste com as ações armadas nas cidades, levadas a cabo por outras organizações comunistas no final dos anos 60, o PC do B foi o único grupo que conseguiu ir além de um mero esboço de guerrilha rural, almejada por tantos naquela época. Organizou a chamada "guerrilha do Araguaia", entre 1972 e 1974, considerada pela ditadura militar brasileira seu principal desafio político-militar, o que a fez desencadear uma repressão brutal sobre os guerrilheiros e sobre o PC do B. No final de 1972 e no início de 1973, a estrutura do PC do B nas cidades foi profundamente atingida por várias prisões e pelo assassinato de quatro membros do Comitê Central, três dos quais da Comissão Executiva. Na ocasião, foram cortados os laços entre o

partido e a guerrilha, que se tornaria autônoma, até a sua destruição definitiva pelas Forças Armadas, em 1974.

O PC do B só pôde se recuperar organicamente da derrota, em grande parte, graças à adesão ao partido da maioria dos membros da Ação Popular (AP), grupo de origem cristã que se convertera ao maoísmo, aproximando-se do PC do B. Em 1973, os egressos da AP comporiam cerca de metade do novo Comitê Central do PC do B.

No lento processo de reorganização, o PC do B sofreria novo golpe, quase fatal, em dezembro de 1976. O Exército prendeu ou matou os integrantes do Comitê Central do partido, presentes numa reunião no bairro paulistano da Lapa, onde morreram dirigentes importantes, como Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, em pleno processo de autocritica das últimas atividades do PC do B. Os anos seguintes do partido são assim descritos, abreviadamente, por Jacob Gorender:

a fulminante intervenção repressiva produziu dois efeitos. Deixou o PC do B desarticulado e desprovido de direção nacional atuante no Brasil até 1980. E inverteu a correlação de tendências no Comitê Central em favor das posições de Amazonas, em viagem pela Albânia por ocasião da reunião na Lapa. Já veterano nas manobras da luta interna, Amazonas consolidou sua maioria e obrigou numerosos dirigentes e militantes em divergência a se excluírem do partido. Desta cisão surgiu, no começo dos anos 80, o Partido Revolucionário Comunista (PRC). (1987, p.212-3)

Afastados os dissidentes (o PRC integrou-se como tendência no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), vindo posteriormente a dissolver-se, no final dos anos 80), Amazonas passou a reinar absoluto no comando do PC do B. Em 1984, ainda na ilegalidade, o PC do B integrou-se à campanha das "Diretas-já", a qual, apesar da mobilização popular, como é sabido, não logrou o objetivo de eleger diretamente o sucessor do presidente da República, general Figueiredo. Em seguida, o partido apoiou a vitoriosa candidatura oposicionista de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Com o fim da ditadura, finalmente legalizado, o PC do B levou cinco deputados federais ao Congresso Constituinte, eleito em 1986. Em 1989, o partido integraria a "Frente Brasil Popular", que quase conseguiu eleger presidente da República o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1994, o PC do B apoiou novamente o petista Lula, segundo colocado nas eleições presidenciais.

O PC do B passou a ser o partido comunista mais importante no Brasil no início de 1992, após a autodissolução do PCB, cuja direção em sua maioria abandonou o nome, os símbolos e a ideologia comunista, para fundar o Partido Popular Socialista (PPS). Uma fração do antigo PCB recriou o partido, mas ele não chega a ameaçar o PC do B, herdeiro mais representativo da tradição marxista-leninista.

Nos anos 90, pode-se dizer que o PC do B é um partido pequeno e pobre, relativamente pouco representativo, mas organizado em todo o país, com militantes aguerridos e disciplinados. O partido contava, por ocasião do 8º Congresso, no início de 1992, com 5 deputados federais, 14 estaduais e 50 vereadores. Nas eleições municipais do final de 1992, elegeu 53 vereadores. Já nas eleições gerais de 1994,

conseguiu dobrar sua representação na Câmara Federal, de 5 para 10 deputados. Segundo o jornal *Brasil Agora*, ligado ao PT, o PC do B teria, em 1992:

expressão no movimento sindical através da Corrente Sindical Classista, que dirige 14% dos sindicatos filiados à CUT (cerca de 600, número dos que participaram do 2º Congresso da corrente, há dois anos). No campo, o partido é forte especialmente no sul do Pará, onde dirige o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. O PC do B tem força também na direção da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). (1992)

Nos anos 90, o PC do B vem marcando presença também no movimento estudantil, sobretudo na União Nacional dos Estudantes (UNE), e na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), nas quais o partido tem sido hegemônico desde a década de 1980, embora com influência restrita a setores das lideranças estudantis.

Feito este breve esboço histórico do partido, passemos ao impacto das transformações no Leste Europeu sobre ele.²

As primeiras reações aos ventos do Leste

As transformações no Leste Europeu, a partir do governo Gorbachov na União Soviética, sempre foram duramente criticadas pelo PC do B. Por exemplo, a revista teórica, política e de informação do partido, *Princípios*, dedicou em julho de 1989 um número para analisar a *Perestroika*, concebida como traição ao socialismo (1989). Grosso modo, a análise do PC do B era a de que a *perestroika* coroava a volta ao capitalismo, iniciada sob o comando de Kruschov. Como diria o principal dirigente do partido, João Amazonas: "o ponto de partida desse processo deu-se na URSS, em 1956, no XX Congresso do PCUS" (Amazonas et al., 1990b, p.16). Foi no XX Congresso, lembre-se, que Kruschov denunciou os crimes de Stalin.

Segundo as análises dos teóricos do PC do B, o socialismo teria prevalecido na União Soviética e no Leste Europeu até a sucessão de Stalin. Desde então, teria sido aberta a via de retorno ao capitalismo, promovida pelos "revisionistas". De modo que a atual crise do socialismo não seria propriamente nova, datando de meados dos anos 50. Ela não deveria ser creditada aos "legítimos marxistas-leninistas". Segundo Amazonas, na "atualidade, ocorre também uma crise que surge na metade dos anos 50 e se aprofunda com a dominação do revisionismo por largo período na União Soviética e em outros países" (Princípios, 1990, p.4). Na mesma linha, expunha Umberto Martins, expressando a análise oficial e corrente no partido até então:

2 Ver a respeito da história do PC do B, dentre outros: Amazonas et al., 1990b; Arantes & Lima 1984; Arroyo 1979; Chilcote, 1982; Dória et al., 1978; Garcia, 1979; Gorender, 1987; Moura, 1979; Pomar, 1979, 1980; Portela, 1979; Reis Filho, 1989, 1991; Reis Filho & Sá, 1985; Ridenti, 1993.

Desde o XX Congresso do PCUS a história do leste europeu tem sido a história da aplicação das idéias revisionistas na região – a trajetória insinuante e contraditória de uma linha política pequeno burguesa reacionária. E se a prática deve ser entendida como o critério da verdade, ela demonstrou a justeza da sentença emitida pelos marxistas-leninistas: estava em marcha desde Kruschov um processo de transição ao capitalismo, de restauração capitalista. (Princípios, 1990, p.17)

A crise do socialismo não teria abalado as convicções dos militantes do PC do B, antes, pelo contrário, pois o partido surgira nos anos 60 justamente para criticar o “revisionismo” do PCB, adotando o discurso contra a suposta volta camuflada do capitalismo à URSS, já a partir de 1963, com a divulgação do documento “Resposta a Kruschov” (Amazonas et al., 1990b, p.245-57). As transformações no Leste só teriam comprovado a antiga tese de que os “traidores revisionistas” estariam restaurando o capitalismo. Daí o PC do B ter-se aliado, nos anos 60, aos comunistas no poder na China e na Albânia, contra os soviéticos. Mais tarde, já na década de 1970, o PC do B também viria a afastar-se do PC chinês, dada sua suposta virada revisionista com a adoção da chamada “teoria dos três mundos”, conforme crítica publicada pelo PC do B em 1978 (Amazonas (1990, p.11) et al., 1990b, p.211-26). A partir de então, o partido cerrou fileiras ao lado do pequeno Partido do Trabalho da Albânia (PTA), na ocasião liderado por Enver Hoxha. Para Amazonas (1990, p.11) “somente a Albânia mantém-se fiel às idéias revolucionárias de transformação radical da sociedade”.

Contudo, como propõe o teórico do PC do B, Luís Fernandes, não bastaria reafirmar a linha partidária crítica do revisionismo e “simplesmente continuar na luta política e ideológica nos mesmos termos de antes”, sem considerar as recentes mudanças no Leste Europeu. Caberia encarar, sem dogmatismo, “uma série de problemas teóricos fundamentais que exigem desenvolvimento criador da própria teoria marxista” (Princípios, 1990, p.14). Seria preciso entender a fundo a crise do socialismo, tarefa a que esse teórico procurou dar sua contribuição, com o livro *URSS, ascensão e queda*, publicado pela editora do partido, a Anita Garibaldi (Fernandes, 1992). O livro resultou de anos de estudo do autor, que além de integrante do PC do B é professor universitário. Provavelmente seja o trabalho mais aprofundado de um teórico do partido sobre o tema. Entretanto, não nos deteremos na análise do texto, pois se trata de estudo também acadêmico, de caráter individual, não expressando necessariamente as posições do partido como um todo, embora possivelmente tenha contribuído para as mudanças da análise partidária no 8º Congresso.

Caberá analisar aqui, mais detidamente, os documentos partidários oficiais, como os informes políticos apresentados ao 7º Congresso (maio de 1988), e ao 8º Congresso do PC do B (fevereiro de 1992). Também se deve dar peso aos discursos do seu presidente, João Amazonas, que costuma falar em nome do partido, embora seus textos não primem pela sofisticação teórica. Por exemplo, Amazonas não faz muitas mediações na análise do processo “revisionista”, de “transição para o capitalismo”, que estaria em vigor desde 1956 na União Soviética: “Essa transição, que avança gradativamente, teve a direção de Kruschov, caído ‘em desgraça’ em 1964, substituído por Brejnev e mais tarde por Andropov e outros da mesma laia” (1990a, p.7). Ele não

se detém, dentre outras coisas, nas diferenças entre Kruschov e Brejnev, já que ambos faziam parte da "vaga revisionista" do marxismo-leninismo.

Está-se vendo que, num primeiro momento, o PC do B alegou não se sentir diretamente atingido pelas transformações no Leste Europeu. O partido supunha estar a salvo, em virtude de sua crítica de primeira hora ao "revisionismo" dos dirigentes dos partidos no poder naquela região. Aferrado aos princípios do "marxismo-leninismo", aos ensinamentos de Marx, Lenin e Stalin, o PC do B encontrava na Albânia socialista o principal símbolo da perenidade de seus ideais, de resistência ao "revisionismo".

Inesperadamente para os integrantes do PC do B, a nação que supostamente mantinha uma trajetória fiel ao "verdadeiro" socialismo tomou rumos parecidos com os dos demais países do Leste Europeu. O PC do B ficou desnorteado com os acontecimentos na Albânia. Ainda está devendo uma análise convincente para a derrocada do socialismo naquele país, que não pode ser creditada aos dirigentes revisionistas, pois eles eram até recentemente aliados íntimos do PC do B, na defesa do marxismo-leninismo. O partido foi, então, nitidamente atingido pela crise.

Os desdobramentos da crise no PC do B: a crítica a Stalin

O impacto das transformações no Leste Europeu sobre o PC do B pode ser aferido ao compararmos os informes do 7º e do 8º Congresso do Partido, realizados respectivamente em 1988 e 1992. Aliás, o 8º Congresso estava previsto para 1993, sendo antecipado graças à repercussão da crise do socialismo no interior do PC do B, sobretudo depois que a Albânia foi atingida pelos ventos do Leste.

O informe do 7º Congresso dedicava oito páginas à chamada "contra-revolução revisionista", comandada na União Soviética por Gorbachov (Informe, 1988, p.37-44). Cerca de 20% do informe político referiam-se ao tema da crise do socialismo, cuja tônica era a crítica "marxista-leninista" à *Perestroika*, combatida como a negação revisionista da revolução, do socialismo, da luta de classes e do materialismo histórico, acelerando a "transição do socialismo ao capitalismo". Já o informe do 8º Congresso, na esteira do colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu, dedicou 22 páginas, ao menos 40% do documento, aos eufemisticamente chamados "contratempos do socialismo" (O socialismo vive, 1992, p.34-56). Agora, agregada à crítica ao revisionismo da era pós-Stalin, surgia um esboço de crítica à atuação de Stalin e do Partido Comunista soviético nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, por terem permitido o surgimento do revisionismo no seio do partido.

No informe do 7º Congresso, eram constantes as citações a Marx, Engels, Lenin e também a Stalin, como grandes teóricos e revolucionários comunistas. As referências diretas a Stalin eram sempre elogiosas, por exemplo: "Referir-se a Stalin, à sua obra, à sua colaboração científica é falar do socialismo que ele defendia e construía com sucesso" (Informe, 1988, p.44; ver também p.10-1, 29 e 43). A valorização de Stalin

contra os "revisionistas" faz parte da história do PC do B, como já apontamos, desde 1963. Ainda em 1978, Amazonas escrevia no jornal do partido o artigo "As obras e os ensinamentos de Stalin continuam vivos na consciência dos povos" (Amazonas et al., 1990b, p.205-9). O PC do B comemorara em 1979 o "ano Stalin", em homenagem ao centenário do nascimento do líder georgiano. O informe do Congresso de 1988 seguiu a tradição partidária. Ladeando a bandeira do PC do B, na mesa do palco do 7º Congresso, estavam reproduzidas as imagens de Marx, Engels, Lenin e Stalin (Princípios, 1990, p.29).

No informe do 8º Congresso, num esforço para entender melhor a crise do socialismo, surgiu um esboço de crítica ao período de Stalin à frente da União Soviética (O socialismo vive, 1992, p.46-50). O documento já não equiparava o nome de Stalin aos de Marx, Engels e Lenin. O marxismo-leninismo e a luta anti-revisionista foram reafirmados, mas o destaque passou a ser principalmente para a figura de Lenin, eleito patrono do 8º Congresso. Ele foi saudado oficialmente pelo dirigente Sérgio Miranda, sem economia de louvores ao "grande teórico marxista, dirigente da Revolução de Outubro e da construção do socialismo na União Soviética" (p.9-11).

De um ponto de vista externo ao PC do B, as críticas a Stalin foram relativamente tímidas. Ele recebeu vários parágrafos elogiosos, por não ter deixado "cair a bandeira revolucionária", defendendo o leninismo, sistematizando "a contribuição inestimável do chefe da Revolução de Outubro ao enriquecimento da teoria de Marx e Engels". Teria sido "estadista de larga visão" e cumprido papel fundamental no comando soviético, inclusive durante a Segunda Grande Guerra, "dirigindo com êxito a construção do socialismo na URSS, primeira grande experiência de transformação radical da sociedade humana" (p.46-7). O documento vai mais longe, recusando a "categoria stalinismo", ao salientar, conforme a tradição partidária:

A reação e os oportunistas atribuem a Stalin toda sorte de crimes. Falam de "modelo" stalinista, de "método" stalinista, de "concepção" stalinista, com o objetivo de desacreditar o regime soviético. Pregam o ódio ao socialismo e ao Partido na figura de Stalin, explorando aspectos parciais negativos de sua atuação revolucionária. Pretendem dividir os comunistas entre stalinistas e não stalinistas. Na verdade, a categoria stalinismo, é forjada pelos inimigos de classe. O ataque ao stalinismo tem sido um artifício para manifestar oposição a certos conceitos básicos do socialismo, para introduzir idéias revisionistas. Fundamentalmente, esse ataque leva ao anti-comunismo. (p.49).

Nessa altura, o leitor deve estar perguntando o que mudou, afinal, a ponto de os editores dos documentos do 8º Congresso escreverem que foi analisada "de forma corajosa a questão Stalin". A resposta é que, pela primeira vez na história do PC do B, admitiu-se que "Stalin, como principal dirigente do PCUS e teórico marxista leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS" (p.46).

Com todas as ressalvas e elogios a Stalin, o PC do B finalmente admitiu que ele, "particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no

subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduzia à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda” (p.47). Isso teria debilitado ideologicamente o partido para enfrentar os revisionistas surgidos no seu interior, liderados por Kruschov em 1956-1957.

Sempre fazendo ressalvas, o informe apontava que “Stalin concorreu para uma superposição do Partido ao Estado”, permitindo a burocratização do aparelho estatal e a centralização partidária excessiva, bem como a existência de “repressões continuadas e possivelmente desnecessárias”. Ele teria dificultado “o fortalecimento da legalidade democrática e socialista, indispensável à consolidação do sistema de ditadura do proletariado”, além de acentuar o aspecto repressivo da luta de classes, em detrimento do aspecto “essencial, que é o da argumentação, o da fundamentação política e teórica”. Stalin também teria falhado teoricamente por não fazer a “sistematização da prática rica de ensinamentos da construção socialista”, contribuindo para a estagnação da teoria revolucionária (p.49).

A crítica aos “defeitos” da “atividade de Stalin” teria o objetivo de “relacioná-los com os fatos subseqüentes que motivaram a derrota do socialismo na URSS”. Stalin não seria o “responsável direto, imediato. Mas influiu, indiretamente, com suas posições equivocadas e com o estancamento teórico, no desfecho da contenda anti-socialista” (p.49). Por fim, fechando o balanço sobre a “direção de Stalin”, o informe concluía:

Rechacamos a propaganda insidiosa da reação. Não somos stalinistas. Tampouco, somos anti-stalinistas. Avaliamos a figura de Stalin no plano histórico. Ele esteve, juntamente com o Partido Bolchevique, à frente das grandes batalhas pela transformação radical do velho mundo capitalista. Nesses embates, a par dos méritos incontestáveis, mostrou falhas e deficiências, cometeu erros que prejudicaram a causa do proletariado. (p.49-50)

Esse balanço crítico, procurando avaliar “a figura de Stalin no plano histórico”, foi considerado corajoso no interior do PC do B, onde até então as críticas explícitas mais tímidas a Stalin poderiam ser consideradas revisionistas. O informe do 8º Congresso – que ora acentuava, ora amenizava as críticas a Stalin, sempre destacando suas “contribuições” – provavelmente foi fruto de uma composição interna entre os dirigentes mais propensos a mudanças e outros mais tradicionalistas.

A existência de divergências na direção do PC do B não deve ser exagerada. Contudo, discordâncias transpareceram, por exemplo, quando do golpe de Estado liderado por Ianayev contra Gorbachov, logo frustrado, em agosto de 1991. No dia 20 daquele mês, João Amazonas escreveu um artigo saudando os golpistas na *Folha de S. Paulo*, intitulado “Notícias alvissareiras”. Em seguida, o dirigente Aldo Rebelo escreveu para o mesmo jornal, esclarecendo que a posição do PC do B não era exatamente de apoio ao golpe, mas de crítica ao governo de Gorbachov. Nessa altura, o golpe já havia fracassado. Porém, a divergência de posições repercutiu no partido, levando a discussões internas que resultaram num documento analítico da Plenária do Comitê Central, em 15 de setembro de 1991 (Princípios, 1991/1992, p.21). A posição

final do PC do B fica esclarecida no seguinte trecho de um texto de Rogério Lustosa, então editor da revista *Princípios*:

não se poderia, por fim, alimentar esperanças no levante de Ianayev. Nem caberia fazer nenhuma concessão de princípios a seus seguidores. Os revolucionários, no entanto, para ater-se ao real e não aos desejos, tinham que encontrar formas concretas de atuar nas condições criadas e de explorar inclusive as fraquezas dos golpistas e sua incapacidade de empolgar as massas. Talvez isso explique, inclusive, as declarações de Nina Andreieva, manifestando uma confiança nas possibilidades do Comitê de Emergência que a realidade não confirmou. Os golpistas fracassaram sobretudo por sua orientação revisionista e social-democrata. (1991/1992, p.21)

Se substituirmos, no trecho citado, "as declarações de Nina Andreieva" por "as declarações de Amazonas", por vias indiretas transparecerá a (auto)crítica do PC do B sobre as reações da direção do partido quanto ao "levante". A crítica não parece ser propriamente ao apoio à existência de um golpe, mas à crença de que ele poderia "empolgar as massas" e ter êxito, conduzido por "revisionistas". Ao que tudo indica, manteve-se a tradição golpista do PC do B. As críticas moderadas a Stalin não alteraram a convicção no papel do "partido de vanguarda". O marxismo-leninismo na sua fórmula clássica, construída durante o domínio de Stalin sobre a III Internacional, continuaria inteiramente válido para os integrantes do PC do B.

De qualquer forma, o rumo dos acontecimentos obrigou os dirigentes mais tradicionalistas a aceitar alguma mudança no 8º Congresso, necessária à sobrevivência do PC do B, diante das transformações no Leste Europeu, particularmente com o fim do socialismo na Albânia – supostamente a legítima e única herdeira autêntica do legado de Marx, Lenin e Stalin. Para caracterizar a situação albanesa, não serviria a fórmula adotada até então, da "transição ao capitalismo", levada adiante pelos revisionistas soviéticos.

O PC do B e o fim do socialismo albanês

Em todo o conjunto de documentos do 8º Congresso do PC do B, reunidos no livro *O socialismo vive* (1992), as citações à Albânia são raras, pouco significativas e feitas de passagem, do tipo "antigas referências da luta anti-revisionista, como o PTA, capitularam, mudaram de campo" (p.35). O silêncio sobre o fim da experiência socialista albanesa contrasta com o informe político do Congresso de 1988, que exaltava o Partido do Trabalho da Albânia (PTA), como vanguarda que dirigiria, ao lado da classe operária, "com êxito a construção da nova vida de progresso, cultura, liberdade e justiça social", mantendo "vivas e resplandecentes as idéias de Marx, Engels, Lenin e Stalin, bem como as do fundador do Estado Socialista Albanês, o camarada Enver Hoxha" (Informe, 1988, p.11, 29).

O PC do B, notadamente a partir de 1978, mantinha íntima ligação com o PTA e com o governo albanês, freqüentemente reiterada nos eventos e publicações partidários. Enver Hoxha e demais líderes do PTA eram saudados como os únicos fiéis

representantes do marxismo-leninismo no poder. O socialismo albanês era descrito idilicamente, por exemplo, no livro do dirigente do PC do B paranaense, Luís Manfredini, *Albânia – horizonte vermelho nos Balcãs* (1985).

Ainda em 1990, em plena onda de transformações no Leste Europeu, que já começava a atingir a Albânia, o dirigente comunista Bernardo Joffily escreveu o livro *O bastião albanês* (1990). Como o título indica, a Albânia era apontada como o bastião marxista-leninista contra os revisionistas, em defesa do socialismo. No nº 18 da *Princípios*, de junho-julho-agosto de 1990, Joffily escreveu sobre sua estada de 33 dias na Albânia para preparar seu “livro-reportagem sobre a Albânia nos anos 90, no contexto da *Perestroika* e da maré capitalista no Leste Europeu”. O autor voltava ao país amado, que o abrigara nos anos de exílio, entre 1974 e 1979. Depois de recolher “mais de 20 quilos de material, entre livros e folhetos, recortes de jornais e revistas, anotações e fitas gravadas”, a principal conclusão de Joffily, compartilhada pelo PC do B naquela época, era a de que:

não existe, nem na direção do PTA, nem na base, nem nas massas trabalhadoras albanesas a menor intenção de abandonar ou “amolecer” os princípios do socialismo científico. Ramiz Alia não faz bravata quando afirma que “não se manifestarão na Albânia os conhecidos fenômenos do Leste”. (p.36)

Joffily e o PC do B estavam enganados: repetiram-se na Albânia os “fenômenos do Leste”. A velocidade dos acontecimentos levou João Amazonas a escrever, cerca de oito meses depois de Joffily, um artigo para a *Princípios*, sobre os eventos na Albânia. Provavelmente, apesar dos limites, este seja o documento mais completo de um dirigente do PC do B acerca do declínio do socialismo albanês, embora não chegue a ter caráter oficial. O silêncio sobre o assunto no 8º Congresso indica que o tema ainda é problemático no partido, sem consenso analítico entre dirigentes e militantes, ainda chocados com os acontecimentos na Albânia.

O artigo de Amazonas foi escrito num momento em que o PTA ainda estava no poder, embora enveredando por rumos inaceitáveis para os marxistas-leninistas do PC do B. O autor expressa opinião que, se tinha anteriormente, não revelara de público: “pode um pequeno país, atrasado, sozinho, construir o socialismo e avançar para o comunismo? Somos de opinião que, do ponto de vista teórico, isso é inconcebível”. A tese da possibilidade de “vitória do socialismo num único país” só seria válida para “país de grande porte, ainda que medianamente desenvolvido, e contando com o ascenso do movimento revolucionário mundial” (*Princípios*, 1991, p.41-2).

O socialismo, num país pequeno e atrasado como a Albânia, só teria sido possível “no seio de uma comunidade de nações avançadas, tendo a União Soviética como base principal”. Após a suposta ascensão revisionista no Leste Europeu, teria desaparecido a base material, as “condições reais, mínimas, de sustentação de um sistema de padrão superior”. Ao contrário, nas atuais circunstâncias, as bases materiais favoreceriam um retrocesso capitalista na Albânia, cercada “por adversários hostis, e sem recursos suficientes para satisfazer de imediato os anseios de bem-estar

e progresso da população, em especial as reivindicações das novas gerações”, abrindo o flanco para a penetração da propaganda capitalista e imperialista. Amazonas revelava apreensão sobre os rumos do governo de Alia e da direção do PTA. Protestava abertamente, em quatro parágrafos, contra o anti-stalinismo crescente, encampado pelo próprio governo albanês no período, que implicou “a retirada, e mesmo a derrubada de monumentos consagrados a Stalin”. Amazonas perguntava, ao final:

Para onde vai a Albânia? Defenderá um projeto popular revolucionário que, mesmo não sendo socialista, assegure a independência nacional, garanta as conquistas do povo que custaram sangue e sacrifícios? Ou, de concessão em concessão, será arrastada a um regime anticomunista? (p.41-4).

A hipótese mais otimista parece não ter vingado. Depois de arruinado de vez o socialismo albanês, imperou o silêncio a respeito do tema no PC do B. As próprias questões levantadas no artigo de Amazonas deixam no ar por que não foram postas anteriormente, por que o PC do B insistia em manter uma imagem idealizada da realidade albanesa. O jornal *Brasil Agora* destacou o depoimento de uma militante sobre o assunto, tirado da Tribuna de Debates do PC do B: “quando tudo parecia que ia ruir, os nossos albanólogos continuavam a repetir que o mundo poderia desabar (mas) que a Albânia continuaria intacta” (p.3). A questão é que uma análise de fundo sobre a vinculação passada com a Albânia provavelmente criaria tamanha crise de identidade no partido, que lhe pareceu preferível silenciar.

Uma explicação para a idealização do socialismo albanês pelo PC do B talvez seja possível, se considerarmos que tem sido essencial para a sobrevivência orgânica de qualquer partido comunista fora do poder o alinhamento com países socialistas. Em primeiro lugar, porque os comunistas, geralmente perseguidos, encontram nos países socialistas a solidariedade de que precisam: refúgio para eventuais militantes exilados, treinamento de quadros e mesmo ajuda financeira. Em segundo lugar, como aponta Daniel Aarão Reis Filho, os modelos de experiências vitoriosas em países socialistas cumprem papel essencial como fator de coesão interna para os partidos comunistas. Eles parecem assegurar aos militantes a possibilidade de concretização de suas utopias, mostrando que valem a pena os sacrifícios e a disciplina exigidos pela vida partidária. Longe de implicar mera transposição mecânica de modelos revolucionários externos para a realidade nacional, trata-se de usar uma referência internacional para legitimar a política adotada internamente pelo partido: “os modelos internacionais *legitimam* as opções com o selo das experiências vitoriosas” (Reis Filho, 1989, p.96).³ No próximo tópico voltaremos a este ponto, ao tratar do realinhamento internacional do PC do B após seu 8º Congresso.

³ Nossas concordâncias e divergências com a interpretação desse autor sobre as organizações comunistas encontram-se em Ridenti, 1993.

Embora o fim do socialismo albanês não tenha sido diretamente abordado no Congresso de 1992, ele parece estar ligado à crítica formulada no evento à direção de Stalin. É o que se pode depreender do seguinte trecho da Resolução Política: "o balanço crítico da experiência de construção do socialismo na URSS nos fornece elementos fundamentais para melhor estudar e compreender o processo que conduziu à capitulação do PTA" (O socialismo vive, 1992, p.95).

Se não houve consenso no PC do B (talvez nem interesse ou disposição) para explicar a inesperada queda do socialismo na Albânia, parece ter-se imposto a necessidade da crítica ao período de Stalin no comando soviético. Subentende-se que possivelmente teriam ocorrido na Albânia "erros" e "desvios" parecidos com os de Stalin, que não podem ser debitados aos revisionistas, pois eles sempre foram combatidos pelo partido albanês, nos mesmos termos de seu correspondente brasileiro, o PC do B. A crítica ao comando de Stalin, mesmo sendo modesta aos olhos de quem está de fora, parece "corajosa" no seio do PC do B, pois, embora não explicitamente, ela aponta para uma crítica ao PTA e, sobretudo, para uma autocrítica do próprio PC do B, que ainda estão por ser feitas.

A posição do PC do B sobre o fim do chamado socialismo real, após o 8º Congresso, tem uma aproximação até certo ponto incômoda com as do partido albanês no início de 1990. Por exemplo, parecem tiradas de documentos originais recentes do PC do B as palavras de Ramiz Alia na 9ª Reunião Plenária do Comitê Central do PTA, de janeiro de 1990, citadas por Bernardo Joffily:

Não devemos nos contentar com o fato de que tudo previmos e demos nossa opinião. Agora, devemos extrair lições do que aconteceu no Leste. Devemos nos colocar a pergunta e buscar a resposta: por que surgiu o revisionismo? Quais as suas causas objetivas e subjetivas, quais os atrasos e as precipitações, os erros e as concessões? A análise deve se estender também aos processos ocorridos na União Soviética durante um longo período de prática da construção socialista naquele país. (Princípios, 1990, p.39)

O incômodo, que talvez tenha contribuído para evitar uma análise mais profunda do fim do socialismo albanês pelo PC do B, ou até mesmo a impossibilita, é que a autocrítica moderada, indiretamente contida nas palavras de Alia, não se revelou suficiente para evitar o desmoronamento de seu partido e do marxismo-leninismo na Albânia.

O realinhamento internacional do PC do B

Enquanto o informe do 7º Congresso do PC do B elegia a Albânia como principal aliada no campo internacional, o Congresso de 1992 apresentou uma mudança de direção. Isolado, com o fim do socialismo albanês, o partido buscou aproximar-se de países socialistas que antes criticava duramente, destacando a importância de manter o socialismo na China, em Cuba, no Vietnã e na Coréia do Norte. Deixou em segundo

plano as divergências com os partidos no comando dessas sociedades, em nome da "solidariedade com países onde a revolução triunfou e hoje encontram-se sob ameaça do imperialismo" (O socialismo vive, 1992, p.35, 94).

O PC do B também procurou aproximar-se de partidos comunistas anteriormente ligados a Moscou, que se mantiveram críticos dos rumos da *perestroika*, casos dos PCs de Portugal e da Índia, que teriam logrado manter o "apoio de grandes massas". Isso se evidencia no pronunciamento de Amazonas, representante do PC do B na Reunião dos Partidos Comunistas e Organizações Revolucionárias, realizada em Brasília, em fevereiro de 1992, logo após o 8º Congresso do PC do B. Ele reorienta a posição internacional do partido, procurando integrar "um campo antiimperialista e revolucionário", com os países que ainda seriam socialistas e com outros partidos comunistas. Termina convocando a todos para romper com a estagnação teórica, que teria tomado conta do marxismo-leninismo, para acabar com a crise do socialismo e do marxismo (Amazonas, 1992).

Com base nessa orientação, João Amazonas fez uma longa viagem ao exterior, com o objetivo de "estreitar os laços internacionalistas com outros partidos que defendem a causa do socialismo" (A classe operária, 1992, p.7). Ele visitou China, Bélgica e Portugal, tendo antes estado na Coreia do Norte, por ocasião da festa dos 80 anos de Kim Il Sung, então dirigente máximo daquele país, que viria a falecer pouco tempo depois. Representando o PC do B, ele assinou a Declaração de Pyongyang, junto com outros setenta partidos, em "defesa do socialismo e contra o capitalismo e o imperialismo". A importância dada pelo PC do B a essa Declaração pode ser medida pelo fato de ela ter sido publicada na íntegra pelo jornal do partido (p.7).

É fundamental para a sobrevivência orgânica dos partidos comunistas manter vínculos com modelos socialistas internacionais e com países socialistas, como já apontamos no tópico anterior. A própria história do PC do B é exemplar nesse sentido. Após a ruptura com o PCB em 1962, o partido ensaiou vários caminhos, em busca de reconhecimento externo e de modelos exteriores para legitimar sua política interna. Antes de se definir pelo alinhamento com o maoísmo em 1963, o partido teve um período de acenos para Cuba, para a China e até para a URSS (o ataque ao "revisionismo" soviético só começaria mais de ano após a ruptura com o PCB), procurando reconhecimento internacional para o partido "reorganizado". Isso fica evidente pela leitura do "Manifesto-programa", que lançou o partido, em fevereiro de 1962:

Cuba é um exemplo de como um povo oprimido, mas decidido a vencer, pode bater seus algozes e construir uma nova vida ... A União Soviética marcha para o comunismo e a China Popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade ... (Reis Filho & Sá, 1985, p.34)

Logo em seguida, em 1963, o PC do B fez sua opção pelo modelo chinês, no confronto recém-aberto com os soviéticos. Esses só passaram a ser considerados revisionistas pelo partido depois de reafirmarem o apoio ao PCB como seu correspon-

dente brasileiro. A virada deu-se a partir do documento "Resposta a Kruschov", de 27 de julho de 1963 (Amazonas et al., 1990b, p.245-57). Desde então, o PC do B passou a ser reconhecido e ajudado pelo PC chinês e seus aliados. Abraçou por mais de dez anos o maoísmo, com o qual viria a romper formalmente em 1978. Como salienta Jacob Gorender, um antigo militante e historiador da esquerda brasileira:

Ainda por ocasião da morte de Mao Tse-tung, a direção do PC do B exaltou sua glória eterna e se derramou em elogios à "... personalidade mais destacada do movimento comunista mundial contemporâneo", como se pode ler em *A Classe Operária* (n.110, setembro de 1976). A partir de 1978, passou a vituperá-lo. Declarou que Mao nunca foi marxista, nunca passou de um líder nacionalista e democrático-burguês. (1987, p.213)

A ruptura abrupta com a China e com o maoísmo, até hoje mal explicada no partido, não significou a dispensa de modelos legitimadores internacionais: o PC do B passou a aliar-se à Albânia, fazendo a "singularíssima descoberta de que somente a Albânia stalinista permanece fiel ao socialismo" (p.213).

Na conjuntura de 1992, após a derrocada da Albânia socialista, o PC do B abriu novamente o leque, em busca de modelos socialistas internacionais legitimadores de sua política interna e de reconhecimento como autêntico representante do socialismo no Brasil. Acenaria positivamente para experiências socialistas até então criticadas pelo partido, como as de Cuba, Vietnã, Coréia do Norte e, até mesmo, China, com a qual ensaia-se uma reaproximação. Por exemplo, o partido reconheceu autocriticamente que "não acompanhou a evolução da situação chinesa". Como se nada tivesse acontecido, afirmou não ter "qualquer pretensão de ministrar conselhos ou *ditar* linha política a um partido tão poderoso e de grande experiência como o da China" (Amazonas, 1992, p.5).

O fim da teoria das duas etapas da revolução brasileira

Há uma outra mudança teórica de fundo nas posições do PC do B após o 8º Congresso, direta ou indiretamente ligada às transformações no Leste Europeu. Trata-se da substituição da antiga análise das duas etapas da revolução brasileira, herdeira das teorizações do VI Congresso da III Internacional, de 1928 - como já apontava Caio Prado Jr., em *A revolução brasileira* (1966).

Segundo essa análise, a revolução seria em duas etapas, a primeira caracterizada como burguesa, ou de libertação nacional, congregando um somatório de classes sociais "progressistas", inclusive a burguesia nacional, unidas para desenvolver as forças produtivas. Essa etapa revolucionária envolveria a superação dos entraves impostos ao desenvolvimento nacional autônomo pelas relações de produção atrasadas no campo e pela presença do imperialismo na economia, a quem não interessaria que o Brasil saísse do subdesenvolvimento. Só depois de cumprida a etapa de libertação nacional, da revolução burguesa, seria colocada a segunda etapa, a da

revolução socialista. Vale dizer, a contradição entre nação e imperialismo estaria sobreposta às contradições de classe nos países menos desenvolvidos, como o Brasil.⁴ Grosso modo, essa ainda era a essência da tese de fundo sobre “a crise brasileira estrutural”, no informe do 7º Congresso do PC do B, de 1988, como se pode deduzir da conclusão do documento, na parte em que trata do Brasil:

De tudo quanto foi exposto, salta à vista a clara e profunda contradição entre a maioria da nação que quer e precisa progredir e as forças do conservadorismo e da exploração estrangeira que freiam o avanço da sociedade. A prosseguir o país no caminho atual, torna-se inevitável a degradação de sua vida econômica, política, social e cultural. A independência e a soberania da nação perderão cada vez mais suas características essenciais ... O Brasil encontra-se numa encruzilhada histórica. Ou rompe radicalmente com o atual estado de coisas e assegura um desenvolvimento econômico independente, abre clareiras para o progresso efetivo, para a democratização e a modernização da vida nacional ou afunda-se no pântano da decadência e da submissão à oligarquia financeira imperialista. (Informe, 1988, p.21, grifos nossos)

Em 1992, no 8º Congresso, a posição mudou. A revolução brasileira passou a ser vista pelo PC do B como imediatamente socialista. Isso não significou o abandono da idéia de romper com a “submissão total à oligarquia financeira internacional”, mas a interpretação de que os interesses imperialistas estão intimamente associados aos das classes dominantes no Brasil, nas cidades e no campo, onde imperam relações de produção capitalistas. Assim:

o que o Brasil necessita é passar ao socialismo, criar um governo socialista, dirigido pelas forças mais avançadas da sociedade, por partido ou partidos, que tenham por base uma teoria científica, revolucionária ... Em termos de estratégia política – esse o objetivo maior que persegue o Partido Comunista do Brasil, PC do B, na atualidade. (*O socialismo vive*, 1992, p.31)

Se a luta estratégica passou a ser pelo socialismo, manteve-se a tática de incentivar:

o surgimento de um amplo e poderoso agrupamento antiimperialista e democrático-nacional que reúna não somente as massas populares e o movimento operário, mas também a intelectualidade progressista, representantes da economia autenticamente nacional, setores militares que não concordem com a perda crescente da soberania brasileira, personalidades destacadas da vida nacional, em suma, todos os que amam a pátria e não querem transformar-se em meros agregados, em vassalos da superpotência norte-americana. (p.32)

4 Esse esquema teórico, aqui sinteticamente esboçada, predominou na esquerda brasileira até pelo menos meados da década de 1960. Já nos anos 30, ele era recusado pelos trotskistas, que punham na ordem do dia a revolução socialista no Brasil, uma vez que os interesses das oligarquias e do imperialismo estariam indissolivelmente ligados aos da burguesia brasileira, impedindo o desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional. Nos anos 60, a tese das duas etapas revolucionárias passou a ser cada vez mais criticada, inicialmente pela Política Operária (POLOP), depois por outras organizações de esquerda hoje extintas, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) etc. (Ridenti, 1993). O PC do B sempre fora crítico da teorização dessas organizações, da qual se aproximou no Congresso de 1992.

Essa composição entre uma estratégia socialista e uma tática antiimperialista e democrático-nacional, num amplo campo de alianças, talvez seja uma fórmula de convivência entre setores divergentes na direção partidária. Mas o que importa neste artigo é salientar que a virada "socialista" na estratégia partidária está ligada às transformações no socialismo mundial. Afinal, ficaria estranho propor estrategicamente uma revolução democrático-burguesa, para um partido que se alinha internacionalmente com propostas intransigentes em defesa do socialismo e do marxismo-leninismo, no contexto de crise do socialismo e retorno do capitalismo no Leste Europeu.

A necessidade estratégica de "passar ao socialismo" foi exposta em mais detalhe na intervenção especial de Rogério Lustosa no 8º Congresso do PC do B. Ele admitia que o "avanço" do partido em direção à estratégia socialista estava vinculado ao "impacto dos acontecimentos recentes no movimento operário e comunista mundial", forçando o partido a rever o "esquematismo, que resultava, na prática, em separar mecanicamente duas revoluções" (p.63-9). Deve-se salientar, porém, que não mudou a prática do PC do B, que continuou se dando essencialmente nos marcos institucionais. A opção pelo socialismo teve mais um sentido ideológico, de fixação da identidade partidária, reforçando a coesão interna dos militantes, salientando que a longo prazo a luta é anticapitalista. A tática imediata continuava sendo "antiimperialista e democrático-nacional".

As posturas assumidas internacionalmente colaboraram para levar para a esquerda o pêndulo da política interna do PC do B. Em parte, derivou daí a postura estratégica pelo socialismo, bem como a tática propondo a substituição do governo Collor, com a convocação imediata de novas eleições, corporificada na palavra de ordem: "ou o Brasil, ou Collor" (p.34). Essa proposta parecia bastante radical, especialmente no momento em que foi formulada, bem antes da campanha nacional vitoriosa pelo *impeachment* de Collor, que ganhou as ruas com apoio de inúmeros partidos, inclusive o PC do B.

Já observamos que as transformações no socialismo mundial levaram o PC do B a repensar sua política internacional de alianças. Ocorreu algo parecido em termos nacionais. Por exemplo, apesar das divergências de fundo, o PC do B passou a tender a fazer alianças eleitorais com outras forças de esquerda, especialmente com o PT. Essas alianças contrastam com aquelas a que tendia o PC do B pelo menos até 1986, com as forças de centro, notadamente com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O PC do B continuou a se considerar "o único partido de esquerda no Brasil que defende o socialismo científico e se orienta pela teoria revolucionária da classe operária", de acordo com o informe do 8º Congresso (p.15). Porém, o documento deixou de enfatizar as diferenças específicas com as outras esquerdas, em contraste com o informe do Congresso de 1988, que ressaltava as críticas ao PT e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Particularmente após os eventos no Leste Europeu, respeitadas as divergências, o PC do B passou a fazer freqüentes alianças políticas com o PT, além de passar a atuar na área sindical junto à CUT, na chamada Corrente Sindical Classista.

No contexto de crise do socialismo e de avanço da ideologia neoliberal, aproximar-se de outras forças de esquerda tornou-se questão não só de tática partidária, mas também de sobrevivência política, especialmente para um partido pequeno, identificado com o marxismo-leninismo, como o PC do B.

Considerações finais

Em síntese, as transformações no Leste Europeu atingiram profundamente o PC do B, sobretudo depois do fim do socialismo na Albânia, num processo que culminou na antecipação do 8º Congresso do partido. Esse reafirmou o legado marxista-leninista, com as modificações que analisamos, as quais não chegaram a alterar a convicção do PC do B de que é a vanguarda política da classe operária brasileira, tomada como agente principal da transformação revolucionária em direção à ditadura democrática do proletariado.⁵

Em termos orgânicos, no processo de crise do socialismo, o PC do B perdeu vários militantes, mas ganhou outros. Por exemplo, durante a fase de preparação do 8º Congresso, ele teve perdas significativas na Bahia, como as da deputada estadual Zezé Rocha (para o PT), da ex-deputada federal Lídice da Mata (mudou para o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – pelo qual se elegeu prefeita de Salvador no final de 1992), e do ex-prefeito de Camaçari, Luiz Caetano (transferiu-se para o Partido Democrático Trabalhista – PDT). No estado do Amazonas, desligou-se o grupo liderado pelo vereador João Pedro, que aderiu ao PT. Em compensação, o PC do B ganhou novos militantes, sobretudo alguns marxistas-leninistas descontentes com o processo de auto-extinção do PCB, no qual atuavam até então. Foi o caso do ex-dirigente pecebista no Rio de Janeiro, Juliano Siqueira, e de seus seguidores. Siqueira foi incorporado ao Comitê Central do PC do B no 8º Congresso.

É difícil fazer um balanço, mas, computados perdas e ganhos, o partido parece ter ficado do mesmo tamanho. Por ocasião do 8º Congresso, ele teria em torno de cem mil filiados, segundo o dirigente Ronald Freitas (Brasil Agora, 1992, p.10-1). Fontes oficiosas, ligadas ao partido, informam que ele contaria de fato com algo entre dez e quinze mil militantes, espalhados por todo o território nacional. Dentre eles, saíram os 518 delegados presentes ao 8º Congresso, eleitos pelas bases após quase um ano de acirrados debates, parcialmente expostos em artigos e cartas na Tribuna de Debates do jornal *A classe operária*, em 1991.

Sumariamente, vimos que, na esteira das transformações no Leste Europeu, o PC do B procedeu à crítica à “direção de Stalin” na URSS e à teoria das duas etapas

5 Ver a respeito a intervenção especial de Luis Fernandes no 8º Congresso do PC do B: “A atualidade dos conceitos marxistas de democracia e ditadura do proletariado” (O socialismo vive, 1992, p.71-81).

da revolução brasileira, propondo-se um realinhamento no plano internacional, enquanto implementava internamente uma política de alianças com outras forças de esquerda.

* * *

O êxito do PC do B nas eleições de 1994 para o Congresso Nacional – passou de cinco para dez deputados federais – atestou que o partido conseguiu superar a crise gerada pela derrocada do chamado “socialismo real”. Indicaria também que, às portas do século XXI, ainda pode haver lugar na sociedade brasileira para um partido comunista nos velhos moldes da III Internacional. Valeria a pena analisar as implicações políticas dessa constatação e fazer um estudo mais específico sobre a penetração e o apelo social das propostas do PC do B, desvendando seus alcances e limites. Mas essa já seria matéria para um outro artigo.

RIDENTI, M. S. Crisis of socialism and the Communist Party of Brazil, 1988-1992. *Perspectivas* (São Paulo), v.17-18, p.75-94, 1994/1995.

- **ABSTRACT:** *The paper analyses the influence that social and political transformation in Eastern Europe had on the Communist Party of Brazil (PC do B) between 1988 and 1992. The changes of PC do B in this period can be summed up as follows: for the first time in the party's History it has been made criticism on the political role of Stalin – though the criticism was quite moderate –, the party gave up the theory of the two steps of Brazilian revolution, it made new international alliances with communist parties as well as an approach with other Brazilian left parties.*
- **KEYWORDS:** *Crisis of socialism; Communist Party of Brazil; Brazilian left parties and left movements.*

Referências bibliográficas

- A CLASSE OPERÁRIA. Órgão Central do Partido Comunista do Brasil. v.68, 6ª fase, n.79, 25 maio 1992.
- AMAZONAS, J. *As transformações sociais na época da revolução e do imperialismo: exame crítico da crise do socialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990a.
- AMAZONAS, J. et al. *30 anos de confronto ideológico: marxismo e revisionismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990b.
- _____. *Pela unidade do movimento comunista*. Pronunciamento na Reunião dos Partidos Comunistas e Organizações Revolucionárias, realizada em Brasília, 10 e 11 de fevereiro de 1992. s.n.t., 1992.
- ARANTES, A., LIMA, H. *História da ação popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ARROYO, A. Um grande acontecimento na vida do País e do Partido. *Movimento* (São Paulo), n.222, 1979.

BRASIL Agora. v.1, n.0, set.1991.

_____. v.1, n.8, 1ª quinzena de fev.1992.

CHILCOTE, R. H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DÓRIA, P. et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

FERNANDES, L. *URSS, ascensão e queda*. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

GARCIA, M. A. Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979. *Em Tempo*, n.86, 87, 88, out., nov. 1979.

GORENDER, J. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

INFORME apresentado ao 7º Congresso do PC do B – *O Brasil numa encruzilhada histórica*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988.

JOFFILY, B. *O bastião albanês*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

MANFREDINI, L. *Albânia – horizonte vermelho nos Balcãs*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

MOURA, C. (Apres.) *Diário da guerrilha do Araguaia*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

O SOCIALISMO vive. Documentos e resoluções do 8º Congresso do PC do B. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

POMAR, P. Carta sobre a guerrilha do Araguaia. *Movimento (São Paulo)*, n.199, 1979.

POMAR, W. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, F. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Global, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRINCÍPIOS. Revista teórica, política e de informação. São Paulo, n.17, jun.1989.

_____. Revista teórica, política e de informação. São Paulo, n.18, jun./ago.1990.

_____. Revista teórica, política e de informação. São Paulo, n.20, fev./abr.1991.

_____. Revista teórica, política e de informação. São Paulo, n.23, nov./dez. 1991/jan. 1992.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1989.

_____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil, I: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil, I: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS FILHO, D. A., SÁ, J. F. de. (Org.) *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, M. S. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP; Fapesp, 1993.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil, I: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.